

# LDO paulista é pouco detalhada

Depois de dois meses de tensas negociações, os deputados estaduais paulistas aprovaram na noite de anteontem a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do Estado para 1992. Além do texto original, elaborado pelo governo, foram votadas 178 emendas e aprovadas cerca de 50. As opiniões sobre o resultado do trabalho são contraditórias. O líder do governo na Assembléia Legislativa, Arnaldo Jardim (PMDB), considera a LDO estadual melhor do que a federal por estar menos preocupada com minuciosas reivindicações regionais. "Ela deve estabelecer diretrizes e não se transformar em colcha de retalhos", diz.

Pela mesma falta de apego a necessidades localizadas, a LDO é criticada pela oposição. "De tão genérica, ela não passa de uma listagem de intenções", critica o deputado Getúlio Hanashiro (PSDB). O PT também não gostou. "O texto aprovado apenas repete a LDO elaborada pelo governo Quércia", disse o líder do partido, João Paulo Cunha.

Durante a discussão da LDO, a polêmica mais ruidosa instalou-se em torno do orçamento das universidades estaduais. A oposição queria garantir-lhes recursos equivalentes a 10,5% da arrecadação do ICMS, mas venceu a proposta do governo — de 9%, o que corresponde a uma diferença de US\$ 1,5 bilhão.

A LDO para 1992 reserva recursos para projetos tão dispare quanto a informatização da Assembléia, planos de despoluição de rios e combate às enchentes, programas de prevenção da Aids e a criação de imposto progressivo sobre heranças. "A LDO trata de tudo que se possa imaginar", tenta explicar o líder do PDS, Erasmo Dias.